



ENSINO SUPERIOR E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i63.15953



Jefferson Mariano

Faculdade Casper Líbero/Centro Interdisciplinar de Pesquisas/IBGE.



Resumo

O estudo analisa perspectivas de inserção no mercado de trabalho para profissionais que concluem o ensino superior no Brasil. Desse modo, comparara a evolução no número de pessoas que concluíram o ensino superior em relação a capacidade de absorção do mercado de trabalho. Sinaliza dificuldades relativas aos movimentos associados as crises econômicas e, também decorrentes das características dos processos de formação oferecidos nos cursos de nível superior. Por fim indica que elementos como a recente crise econômica e a desregulamentação do mercado de trabalho em 2017 contribuem também para esse processo.

Palavras- Chave: Ensino superior; Trabalho; Emprego; Desemprego.

Introdução

As dificuldades dos recém-formados em ingressar no mercado de trabalho ficaram ainda mais intensas no Brasil, a partir da década de 1990, em razão do acirramento do quadro de desemprego. Ou seja, além das elevadas taxas de desocupação, a economia não apresentava capacidade de incluir os jovens egressos do ensino superior.

Ressalte-se que, naquele momento as estatísticas sobre desemprego estavam disponíveis apenas para algumas regiões metropolitanas do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre). Em todas essas regiões, observavam-se taxas muito elevadas, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (PME-IBGE). Paralelamente, jovens egressos de ensino superior encontravam muitas dificuldades em relação a primeira oportunidade de trabalho, na área de formação.

Nesse período Schwartzman (1996), indicava a existência de consenso em torno dos especialistas na área de educação no tocante aos problemas existentes na educação superior no Brasil, aspecto que prejudicava a inserção desses jovens no mercado. Dentre os elementos levantados, o autor indicava o grande crescimento de cursos de nível superior de qualidade duvidosa, fato que colocava um grande contingente de recém formados em ocupações de baixa qualificação ou subempregos. Desse modo, apesar das dificuldades concernentes a mão de obra qualificada no Brasil, existiria uma saturação de formando em algumas carreiras.

Em recente estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) houve a afirmação de que a baixa qualificação da mão de obra no Brasil continua se apresentando como um entrave para o desenvolvimento da economia (OCDE, 2016). Em outro relatório, apresentado em 2018, a organização indicava que a redução da ineficiência da formação de nível superior poderia contribuir não só com a maior capacitação da mão de obra bem como redundar em economia no tocante aos gastos públicos em relação ao PIB (OCDE, 2018: p.18)

Em trabalho apontando a necessidade de redução do hiato existente entre a formação acadêmica e as necessidades que se apresentam pelo mercado de trabalho Pastore (2020) sinaliza que há grande dificuldade por parte das indústrias em contratar mão de obra qualificado, no entanto, o autor percebe a presença de significativo número de trabalhadores com formação superior em atividades precárias.

Metodologia:

A pesquisa foi realizada a partir da investigação de indicadores disponíveis a respeito do mercado de trabalho brasileiro e relativos ao contingente de egressos do ensino superior. Por meio da utilização do método hipotético-dedutivo observa os limites de inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Para que fosse possível obter informações mais abrangentes do mercado de trabalho, incluindo os trabalhadores formais, ocorreu a consulta dos dados disponibilizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC- IBGE). Essa base de informações possibilitou cruzar variáveis relativas à formação acadêmica da população com outras sobre inserção do

mercado de trabalho. Por se tratar de uma pesquisa amostral, alguns aspectos relativos à educação e ensino não estão disponíveis na PNADC. Desse modo, utiliza-se também como fonte o Censo Demográfico 2010. Apesar da distância temporal, deve-se destacar que a análise de indicadores sociais mais específicos só é possível por meio da leitura desse levantamento.

Ocorreu a consulta a bibliografia no âmbito das ciências sociais aplicadas, com a leitura de estudos que investigam mudanças no mundo do trabalho no Brasil.

Por fim, foram visitadas as bases de informações disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, com intuito de levantar a evolução do número de concluintes de ensino superior no País.

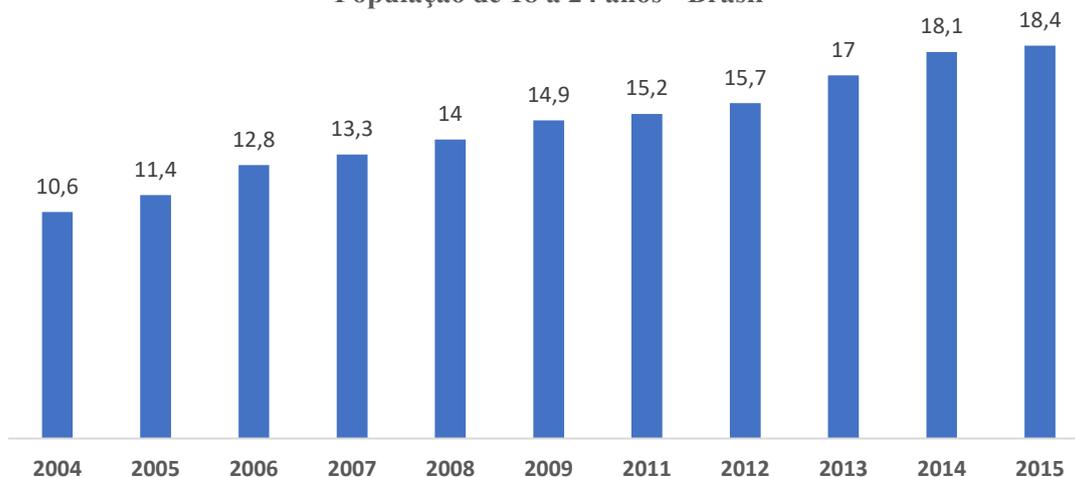
Educação e formação

Há duas bases importantes que possibilitam realizar estudos a respeito da evolução no nível educacional da população brasileira. A PNADC, que traz informações detalhadas sobre as condições sociais das pessoas e domicílios e que permite a associação de dados de educação a um conjunto significativo de variáveis relativas as condições de vida. Trata-se de uma pesquisa domiciliar e amostral. A segunda fonte é a base do Inep, organizada no Censo Escolar. Nesse caso, refere-se à informações cadastrais. A limitação dessa segunda está relacionada ao conjunto mais restrito de variáveis que apontam condições sociais dos estudantes e egressos.

A observação das informações disponíveis nas duas bases permite constatar o aumento de pessoas com ensino superior no país ao longo dos últimos anos. Esse crescimento vem ocorrendo desde o início da disponibilização de informações dessa natureza, no entanto, ganhou grande velocidade a partir dos anos 2000. Há estudos que apontam que as políticas públicas implementadas ao longo desse período contribuíram para tal movimento. (HERINGER, 2018; PEREIRA; SILVA, 2010).

De acordo com a Pnad anual entre 2004 e 2015 ocorreu um crescimento acentuado da taxa de frequência líquida no ensino superior do Brasil. Essa taxa leva em consideração o quantitativo de estudantes cursando o ensino superior na faixa etária adequado, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1
Taxa de frequência líquida no ensino superior
População de 18 a 24 anos - Brasil



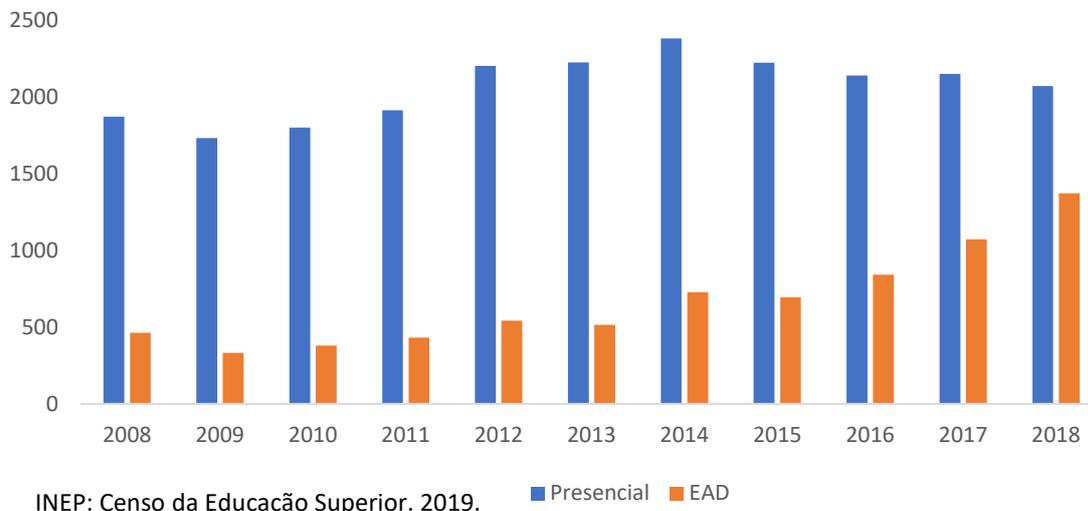
IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2004/2015

Ao longo do período analisado ocorreram medidas importantes no tocante ao estímulo do ingresso de estudantes no ensino superior. Em 2004 ocorreu a implementação do Programa designado PROUNI, que definia o direcionamento de bolsas integrais e parciais para estudantes egressos de ensino médio, com um perfil de baixa renda. Nesse caso foi definido como limite três salários-mínimos de renda domiciliar *per capita*. De acordo com o Ministério da educação o programa ofereceu em 2005 cerca de 112 mil bolsas e em 2010 o número chegou a 240 mil (AMARAL; OLIVEIRA,2011).

Desse modo, os números sinalizam a contribuição do programa para o incremento de estudantes, especialmente de baixa renda, nas universidades. Paralelamente, deve-se destacar o grande crescimento desse setor da economia ao longo do período. Houve a expansão da oferta de cursos de nível superior, além de alterações patrimoniais, com processo de fusões e aquisições, além do ingresso de capital estrangeiro.

Outra contribuição para esse movimento foi o programa oriundo do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, criado em 1999. Esse programa, atualmente designado FIES financia estudantes de ensino superior e o pagamento ocorre após a conclusão do curso (com carência entre 06 e 18 meses). Diferentemente do PROUNI, esse modelo é egresso do Programa de Crédito Educativo que já era oferecido desde 1976. A redução nas taxas de juros, associada a expansão do ensino privado, fez com que o programa também contribuísse para o ingresso de estudantes no sistema.

Gráfico 2
Numero de ingresso em cursos de graduação
Brasil - Em mil pessoas



Outro movimento observado no ensino superior, ao longo dos anos 2000, foi o advento da modalidade de ensino a distância, como pode ser observado no gráfico 2. A popularização e o alcance da internet, associadas ao aumento do número de domicílios com posse de microcomputadores contribuiu sobremaneira para esse movimento.

Segundo dados do Inep (2019), há ao longo dos anos 2000 grande incremento de estudantes de graduação em modalidade a distância. Inicialmente as faculdades foram autorizadas a disponibilizar parcela dos cursos nesse formato. Posteriormente, ajustes na legislação permitiram a ampliação e a oferta de cursos integralmente em EAD.

Por fim, foram implementadas cotas raciais para o ingresso em universidades públicas e essa medida contribuiu para que ocorresse, a partir desse momento, significativas alterações nos perfis dos cursos de nível superior.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição do país a implementar essas medidas. Em 2000, por meio de lei aprovada pelo legislativo do estado, houve a introdução de cotas de 50% para o ingresso de estudantes de escolas públicas e, no ano seguinte, 40% das vagas para os autodeclarados pretos e pardos. Em 2012 foi a vez da aprovação de lei federal instituindo cotas raciais para a população negra. Tais medidas contribuíram para o aumento da diversidade racial e maior presença da população negra no ensino superior. De acordo com o IBGE, em 2018 a população negra já representava a maioria nas instituições de ensino superior públicas do país (IBGE, 2019). No entanto as desigualdades ainda persistiam pois, ainda de acordo com essa

publicação a taxa de frequência líquida no ensino superior correspondia a 36,1% para população branca e apenas 18,3% para os negros.

Trabalho e emprego em nível superior

O desemprego crônico na economia brasileira, observado ao longo da década de 1990 foi atenuado a partir de 2004. Motivo fundamental para a reversão foi o contínuo crescimento econômico verificado ao longo da década e, em 2014 foram registradas as menores taxas de desemprego já registradas no país. No entanto, a partir de 2015, com o início do ciclo recessivo houve novo surto de crescimento no indicador, com o número de desempregados dobrando em apenas doze meses, de acordo com a PNADC.

Ao longo de 2017, com argumento de se apresentar como medida para combater a crise econômica, ocorreu a implementação da Lei Federal 13.467, que instituiu uma ampla reforma na regulação do mercado de trabalho no País (BARCELLOS; MARIANO, 2019). A defesa da reforma, por parte do governo, tinha como objetivo sinalizar para as empresas redução nos encargos relativos à folha de salários e, desse modo, contribuir para a retomada da economia. Também sinalizava que as medidas representavam uma política de emprego, na medida em que estimularia a contratação de trabalhadores, em condições mais flexíveis.

Defesas de reformas, como a que foi implementada em 2017, estavam presentes também em diagnóstico da OCDE (2016), “as reformas estruturais dos mercados de produtos e de trabalho têm, em média, efeitos positivos a longo prazo pois fazem aumentar a eficiência global. No entanto, estas reformas estruturais podem também implicar custos de ajustamento de curta duração no mercado de trabalho”. Ou seja, os resultados no curto prazo podem não indicar uma recuperação do nível de emprego.

Os números disponíveis indicam que não houve tal processo. As taxas de desemprego ficaram ainda muito elevadas no período após a implementação da legislação. O que se percebeu, a partir de então, segundo os dados da PNADC, foi o aumento no grau de contratação de trabalhadores sem carteira assinada (informalidade) e contratações por tempo determinado, aspecto que trouxe mais riscos para os trabalhadores.

Importante observar essas transformações no cenário econômico porque existem determinantes que se referem as características dos cursos de graduação, no entanto, a desaceleração da economia provoca impactos negativos em todas as cadeias produtivas.

Desse modo, os números observados na PNADC de 2015 revelam as dificuldades de inserção no mercado de trabalho para praticamente todas as formações de nível superior.

Realizando uma comparação entre 2015 e 2019 percebeu-se que em algumas formações houve dificuldades mais elevadas concernentes a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Carreiras tipicamente acadêmicas parecem enfrentar mais dificuldades, quando observados os resultados da pesquisa

Físicos, matemáticos e estatísticos, além de sociólogos e antropólogos perderam espaço entre 2015 e 2019. Nesse caso trata-se de um quadro muito grave na medida em que a base de comparação é frágil. O ano de 2015 já havia sido crítico em termos de desempenho da economia, pois, ocorrera uma queda de 3,5% no Produto Interno Bruto (Contas Nacionais – IBGE). No caso do mercado de trabalho para essas carreiras, ao longo do período, houve uma forte retração, como pode ser constatado nos dados apresentados na tabela 1.

No caso específico dos sociólogos e antropólogos os números observados em 2019 são tão reduzidos que os microdados da pesquisa não possibilitam a expansão dos resultados sem o risco de um erro amostral muito elevado. Além desse grupo, também houve no período redução do número de engenheiros, especialmente aqueles vinculados as atividades industriais. Neste caso, vale destacar as dificuldades enfrentadas pela indústria nacional, com redução da participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Tabela 1
Pessoas ocupadas segundo carreiras de nível superior
Brasil – 2015/2019

Ocupações	Pessoas ocupadas		
	2015	2019	Variação (%)
Sociólogos e antropólogos	1.331	*	-
Engenheiro químico	15.815	6.209	-60,7
Físicos	3.252	1.885	-42,0
Engenheiro mecânico	36.701	22.024	-40,0
Professores ensino superior	97.572	62.528	-35,9
Matemático e estatístico	2.734	1.771	-35,2
Engenheiro eletricitista	25.625	17.807	-30,5
Engenheiro industrial	27.598	26.760	-3,0
Médicos especialistas	91.533	94.299	3,0
Biólogos e botânicos	13.702	14.512	5,9
Veterinários	15.376	16.549	7,6
Médicos gerais	25.725	29.176	13,4
Psicólogos	61.876	73.586	18,9
Analista de sistemas	89.590	107.978	20,5

Engenheiro Civil	51.004	61.497	20,6
Arquitetos de edificações	35.817	44.700	24,8
Farmacêuticos	43.033	53.709	24,8
Profissionais de enfermagem	71.963	94.363	31,1
Jornalistas	34.891	47.366	35,8
Economistas	7.275	10.282	41,3
Químicos	11.455	18.004	57,2
Dentistas	59.627	100.679	68,8
Contadores	81.828	152.659	86,6
Assistentes sociais	13.438	25.387	88,9
Total de pessoas ocupadas	91.800.000	94.552.000	3,0

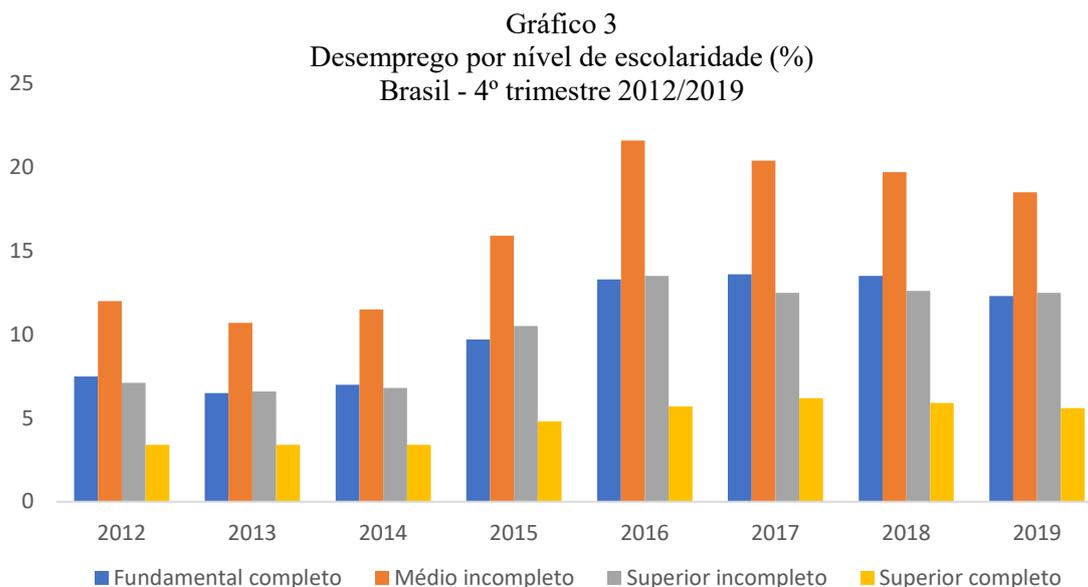
IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2015/2019.

*Ocorrências muito reduzidas, que não permitem a expansão da amostra em função do sigilo da informação e erro amostral.

Por outro lado, houve uma retomada na contratação de trabalhadores vinculados às formações clássicas e associadas ao segmento de serviços, que vem apresentado maior participação na economia. A recuperação da atividade ligada a construção civil também se reflete nas contratações de engenheiros civis e profissionais ligados a esse setor.

Porém, é importante destacar que os indicadores disponibilizados pela PNADC englobam todos os trabalhadores. Ou seja, nesse rol há um grande número inserido informalmente no mercado de trabalho.

Assim, os números apresentados indicam a importância do diploma de graduação para a inserção no mercado de trabalho e a garantia da empregabilidade. Observa-se que, ao longo do período observado, houve uma expansão de 3% no número de trabalhadores ocupadas enquanto, para muitas carreiras de nível superior, esse número foi muito mais elevado. Historicamente, quando se comparam os indicadores de desemprego, levando-se em consideração níveis de escolaridade, percebe-se grandes contrastes. As taxas de desemprego são sempre muito menores para pessoas com ensino superior.



IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2012/2019

É fato que os reduzidos níveis de desemprego entre pessoas de nível superior devem-se também a menor proporção de trabalhadores incluídos nessa categoria. Além de, em razão do recrudescimento do desemprego, as empresas elevarem os pré-requisitos de contratação para ocupações mais elementares. Ou seja, é possível que exista um processo no qual haja um número elevado de pessoas com formação superior em ocupações que tradicionalmente eram direcionadas para pessoas com nível médio de instrução¹.

A inserção distante da formação

Considerando as dificuldades relativas à inserção dos trabalhadores com nível superior no mercado de trabalho apresentar relação com a estrutura ocupacional da economia brasileira, foi elaborada uma tabulação, usando os microdados do Censo Demográfico 2010. Nesse caso, a escolha do Censo ocorreu em função da disponibilidade dos dados. As pesquisas mais recentes, como a PNADC, não possibilitam obter informações tão detalhadas relativas às formações e carreiras. O objetivo da tabulação foi o de cruzar características relativas à ocupação no mercado de trabalho com a formação acadêmica inseridas no mercado de trabalho.

¹ Aspecto que é demonstrado a partir da observação da tabulação realizada a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010, apresentada na tabela 2.

Tabela 2
Pessoas com graduação, segundo ocupação no trabalho principal
Graduação e ocupações selecionadas. Estado de São Paulo - 2010

	A	B	C	D	E	F	G
Educação	106.763	62.984	7.684	8.874	12.140	1.788	3.861
Humanidades e Artes	43.661	27.760	3.470	3.918	3.082	746	1.303
Ciências Sociais, Negócios e Direito	308.099	205.833	12.915	27.259	9.312	3.727	5.705
Ciências, Matemática e Computação	40.857	28.011	3.211	5.182	1.959	520	1.310
Engenharia, Produção e Construção	15.541	22.281	4.490	4.614	1.082	442	974
Agricultura e Veterinária	5.371	9.718	771	2.184	547	118	382
Saúde e Bem Estar Social	31.910	32.049	2.441	4.066	4.567	739	1.246
Serviços	16.793	12.668	1.031	1.914	1.240	246	460

IBGE: Censo Demográfico 2010. Resultados da amostra.

Legenda das categorias na coluna: A- Escriturário; B – Vendedores; C – Operadores de instalações fixas e máquinas; D – Condutores de veículos e operadores de equipamentos pesados; E – Trabalhadores domésticos e outros trabalhadores de limpeza de interior de edifícios; F – Trabalhadores ambulantes dos serviços e a fins; G – Coletores de lixo e outras ocupações elementares.

Na tabela 2 ocorreu a seleção de grandes grupos de formação superior. Foi realizada a presente agregação em razão do número extenso de formações. E nesse caso, o objetivo não é o de destacar peculiaridades dos cursos, mas observar de que modo se distribuem os profissionais de formação superior nas mais diversas ocupações no mercado de trabalho. Desse modo, a seleção foi realizada priorizando ocupação que prescindem da formação superior.

Há alguns agrupamentos com o número muito elevado de formandos. Por exemplo, em Ciências sociais, negócios e direito há a concentração dos cursos que formam o maior contingente de profissionais no mercado (administradores, contadores, advogados).

A tabela revela a presença de grande número de pessoas com diploma de nível superior no país desenvolvendo atividades típicas de nível médio ou fundamental. Ressalte-se que foram selecionadas apenas algumas ocupações. Por exemplo, há atividades de nível médio específicas para cada área de formação (profissionais de nível

médio em saúde, engenharia e finanças). Não foram selecionados para não provocar distorções na comparação. Ou seja, houve a seleção de algumas ocupações e atividades de nível elementar e nível médio para as quais fosse possível encontrar profissionais das mais diversas áreas atuando.

Os dados indicam uma grande presença de profissionais de nível superior atuando como escriturários ou como vendedores. Atividades que prescindem da formação superior. As ocorrências no caso dos cursos ligados à área de agrícola e veterinária são bastante baixas em razão das especificidades dos cursos. Porém, podem indicar maior êxito desses profissionais no tocante a inserção no mercado.

Os números também alertam para contingente significativo de profissionais ocupados como motoristas e operadores de máquinas, atividades que também dispensam a necessidade de formação superior.

Por fim, apesar de número baixo de ocorrências vale destacar a existência de trabalhadores ambulantes com formação superior. Ou seja, o diploma não livrou essas pessoas de inserção precária no mercado de trabalho.

Desse modo, os números sugerem problemas estruturais relacionados ao mercado de trabalho brasileiro, no entanto, indicam como tarefas para as instituições de ensino superior atuações no sentido de aproximação desses cursos com as necessidades e demandas do atual mercado.

Considerações finais.

Ao longo do trabalho houve a preocupação de demonstrar a evolução recente do mercado de trabalho brasileiro. Percebe-se que há um movimento cíclico no tocante ao comportamento do desemprego. No entanto, a partir de 2015 inicia-se um quadro crítico com relação a capacidade da economia em oferecer postos de trabalho. Os números apontam dificuldades adicionais quando se observa a capacidade de absorção de profissionais de nível superior.

É verdade que, como apontado pela pesquisa, as taxas de desemprego se apresentam em menores níveis para esse conjunto da população. Porém, há uma enorme presença de profissionais de nível superior inseridos de modo precário no mercado de trabalho, como foi possível observar no Censo Demográfico. Ou seja, a pesquisa sinaliza que há problemas estruturais no mercado de trabalho brasileiro, com a utilização

inadequada da mão de obra e, por outro lado uma distância entre a formação acadêmica desses profissionais e demandas apresentadas por um mercado em transformação.

Por outro lado, foi possível perceber que o movimento é heterogêneo. Enquanto carreiras eminentemente acadêmicas enfrentam problemas no tocante ao surgimento de novas vagas, outras ligadas a setores em crescimento como serviços (inclusive na área de comunicação e informação) apresentaram expressivo crescimento. Ou seja, as tarefas são distintas para cada área ou grupamento de formação acadêmica.

HIGER EDUCATION AND THE LABOR MARKET IN BRAZIL

Abstract

The study analyzes prospects for insertion in the labor market for professionals who complete higher education in Brazil. Thus, it intends to compare the evolution in the number of people who have completed higher education in relation to the absorption capacity of the labor market. It aims to signal difficulties related to the movements associated with economic crises and, also resulting from the characteristics of the training processes offered in higher education courses. Finally, it indicates that elements such as the recent economic crisis and the deregulation of the labor market in 2017 also contribute to this process.

Keywords: University education; Job; Employment; Unemployment

EDUCACIÓN SUPERIOR Y MERCADO LABORAL EN BRASIL

Resumen

El estudio analiza las perspectivas de inserción en el mercado laboral de profesionales que completan la educación superior en Brasil. De esta forma, comparamos la evolución del número de personas que completaron la educación superior en relación con la capacidad de absorción del mercado laboral. Señala dificultades relacionadas con movimientos asociados a crisis económicas y también derivadas de las características de los procesos de formación ofrecidos en los cursos de educación superior. Finalmente, indica que elementos como la reciente crisis económica y la desregulación del mercado laboral en 2017 también contribuyen a este proceso.

Palabras-clave: Educación superior; Trabajar; Trabajo; Desempleo.

Referências

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayama de. O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. **Ensaio:**

avaliação e política públicas em educação. *Cesgranrio*. Rio de Janeiro, v 19, n 73, p. 861-890, out/dez. 2011.

BARCELLOS, Livia Inglesis; MARIANO, Jefferson. Mudanças na regulação do mercado de trabalho no Brasil. **ORG & DEMO**, Marília, v. 20, n. 2, p. 65-84, jul./dez. 2019.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas da inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista brasileira e orientação profissional**. Jan./jun.2018, v.19, n.1, p.7-17. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902018000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20/10/2020.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Correia. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul.- dez. 2010.

SCHWARTZAMAN. Simon. **O Ensino Superior no Brasil: a busca de alternativas**. 1996. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/alternat.htm>.

Acesso em: 13/05/ 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Microdados. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=microdados>. Acesso em 30/05/2020.

_____. **Classificação Nacional de Atividade Econômica**. 2020 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101721.pdf>. Acesso em 15/01/2020.

_____. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 15/01/2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Microdados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>. Acesso em 30/05/2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 15/01/2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior**. 2019. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 15/01/2020

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Perspectivas sobre o emprego**. 2016. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook->

[2016/summary/portuguese_c803c1c8-pt;jsessionid=GnTnGqZLgXDx9Ai0t6lcJs05.ip-10-240-5-58](https://www.oecd.org/economy/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf) . Acesso em 27/02/2020.

_____. **Relatórios econômicos OCDE: Brasil**. 2018. Disponível em:

<http://www.oecd.org/economy/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>. Acesso em 27/02/2020.

PASTORE, Jose. A complexidade do mercado de trabalho. **Jornal o Estado de São Paulo**. 27/02/2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-complexidade-do-mercado-de-trabalho,70003211530>. Acesso em 27/02/2020.

Sobre o autor:

Jefferson Mariano:

Doutor em Desenvolvimento Econômico; Professor da Faculdade Casper Líbero e Pesquisador do Centro Interdisciplinar de Pesquisas (CIP); Analista Socioeconômico do IBGE.

Recebido em: 13.11.2020

Aprovado em: 30.05.2023